

# REFLEXÕES SOBRE NECESSIDADES ESPECIAIS E DEFICIÊNCIA MENTAL: CAMINHOS PERCORRIDOS

Lucia Maria de Mello Souto Boarin<sup>1</sup>

**RESUMO:** Neste artigo a idéia é ver a pessoa com necessidades especiais, deficiência mental, com possibilidade real de desenvolver a sua expressão própria tanto na vida como na aprendizagem. É feita uma retrospectiva de conceitos e posturas que foram delineando o caminho para a inclusão social, meta atual.

**PALAVRAS-CHAVES:** necessidades especiais, excepcionalidade, deficiência, segregação, inclusão.

**ABSTRACT:** *In this article the idea is to see the person with special needs, mental disabilities, with real possibility of developing its own expression both in life and in learning. We made a retrospective of concepts and postures that were outlining the path to social inclusion, current goal.*

**KEY WORDS:** *special needs, exceptional, disability, segregation, inclusion.*

Dentre os muitos desafios enfrentados atualmente pela sociedade brasileira, está a problemática da pessoa com necessidades especiais. Abrangente, engloba aspectos que estão exigindo urgentes reflexões e soluções, nos contextos: social, educacional, econômico, político e cultural.

Primeiramente torna-se necessário esclarecer o que se entende por pessoas com necessidades especiais, anteriormente denominados simplesmente por deficientes ou por excepcionais.

Diferentes e bem diversas definições são encontradas na literatura.

Dunn<sup>2</sup> afirma que excepcionais são aqueles que diferem acentuadamente da média normal, em características físicas ou psicológicas; que não se ajustam aos programas escolares elaborados para a maioria das crianças, de modo a obter progresso

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação, Administração e Comunicação, Psicopedagoga, Consultora Educacional, especialista em Didática e Educação Especial

<sup>2</sup> Loyd M. DUNN. *Crianças excepcionais – seus problemas, sua educação.*

desejável; e que necessitam, por conseguinte, de educação especial, ou, em alguns casos, da colaboração de serviços especiais ou de ambos, para atingir um nível compatível com suas respectivas aptidões.

Nessa definição pode-se notar que as características físicas estão englobando também as deficiências sensoriais, a saber, visual e auditiva ao lado das demais deficiências propriamente físicas e ainda, que dentro da palavra psicológicas, estão tanto as deficiências mentais como também os distúrbios. Nota-se também um enfoque na abordagem educacional e a busca pelo progresso desejável como um parâmetro com a normalidade, ao mesmo tempo em que aparece a idéia de se atingir um nível compatível com as aptidões, numa abertura para a reflexão sobre a problemática das diferenças individuais.

São considerados excepcionais na visão de Mazzotta <sup>3</sup> os educandos que, em razão de desvios acentuados, de ordens física, intelectual, emocional ou sócio-cultural, apresentam necessidades educacionais que para serem adequadamente atendidas, requerem auxílios ou serviços especiais de educação.

Com essa definição começa a ser pensada, ainda que de forma leve, a questão sócio- cultural da deficiência, a questão da diversidade das expectativas e propostas educacionais, ou seja, passa a haver uma especulação na elaboração do diagnóstico da excepcionalidade, principalmente na abordagem intelectual, sobre a problemática dos elementos da socialização.

Kirk e Gallaher <sup>4</sup> desvinculam a excepcionalidade de questões educacionais afirmando que a criança excepcional é aquela que difere da criança típica ou normal por suas características mentais, sensoriais, neuromotoras ou físicas, comportamento social, capacidades em comunicar-se ou de deficiências múltiplas.

Com essa idéia surge a abertura de um leque para encaixar as deficiências , numa tentativa de explicitar melhor, as características de cada agrupamento; a deficiência está no indivíduo. Aparecem também as deficiências múltiplas, e as questões relativas ao comportamento social problemático e desviante até então pouco abordados. Entretanto, essa abertura direcionou estudos mais compartimentados que se propiciaram

---

<sup>3</sup> Marcos MAZZOTA. *Educação escolar comum ou especial*

<sup>4</sup> Samuel KIRK e J. GALLAHER. *Educação da criança excepcional*

---

evolução de procedimentos e técnicas por um lado, por outro desvalorizaram a visão da pessoa como um todo retardando sua posição de elemento participante da sociedade.

A excepcionalidade é um conceito sócio-educacional, e a determinação das variáveis que a identificam se baseia nas necessidades educacionais específicas dos indivíduos dela portadores <sup>5</sup>. A problemática é colocada, novamente, com grande ênfase no processo sócio-educacional, na questão da escolarização. Cada portador de deficiência, deveria ser classificado segundo suas condições determinantes, de maior ou menor especificidade, para ser inserido no processo de aprender; o sistema educacional deveria classificar, rotularia cada um segundo suas características, porém, o fator primordial para a concretização desse processo estaria nos recursos a serem utilizados para o aprender.

São muitos os estudos e pesquisas sobre a problemática do excepcional; os processos de igualdade social e de cidadania foram alavancando progressos.

O uso das expressões *peessoas portadoras de necessidades especiais*, *peessoas com necessidades especiais*, *portadores de necessidades especiais* como sendo melhor do que usar as expressões, peessoas portadoras de deficiência, peessoas com deficiência e portadores de deficiência, no sentido de que, assim, seria evitado o uso da palavra deficiência, supostamente desagradável e pejorativa, foi ganhando espaço, bem como os conceitos de que necessidades especiais podem resultar de condições atípicas, tais como:

- deficiência mental, física auditiva, visual ou múltipla;
- autismo;
- dificuldades de aprendizagem;
- insuficiências orgânicas;
- superdotação;
- problemas de conduta.

Nesse enfoque<sup>6</sup> convém salientar a questão do estigma social da palavra deficiência; afirmar que alguém é deficiente, é uma afirmação totalizante, a pessoa é deficiente, não teria condição de nada, seria incapaz, porque a deficiência não é vista

---

<sup>5</sup> Maraia Lucia T. M. AMARILIAN. *Psicologia do excepcional*

<sup>6</sup> Romeu K. SASSAKI. *Inclusão – construindo uma sociedade para todos*

---

como um ângulo da pessoa, mas como a própria pessoa. Daí, a preferência pela expressão necessidades especiais, pois, sem a conotação abrangente do termo deficiente, fala-se de uma pessoa que tem algum problema, sem entretanto atribuir-lhe um rótulo limitador. O que é atípico, está enquadrado como necessidades especiais e não apenas as questões relativas a deficiências e dificuldades; a superdotação é também uma condição, portanto, os superdotados apresentam necessidades especiais.

Além dos diferentes enfoques das definições apresentadas salienta-se como gerador de controvérsia, entre os que atuam frente às pessoas com necessidades especiais, na esfera educacional, a questão do modelo adotado, apesar dos avanços das teorias de normalização, integração e inclusão.

O modelo médico- psicológico, coloca como ponto de partida , a suposição de que qualquer dificuldade está no sujeito. São aplicados testes e solicitados exames visando à identificação das causas para um posterior diagnóstico e tratamento, o que origina um clima de tensão, devido a constante busca de melhores prognósticos, a partir de novos diagnósticos. Isso porque, feito o diagnóstico, estaria também já pronta à programação a ser desenvolvida: aquele que apresenta o quadro de portador de determinado problema seria capaz de realizar determinados tipos de tarefas dentro de um determinado grupo de procedimentos . Paralelo ao modelo médico psicológico, está o modelo educacional que visa ensinar, admitindo que o problema está na metodologia do ensino e não no educando, ou seja, o diagnóstico é elaborado através dos testes de critérios, em termos curriculares.

Apesar dos progressos teóricos, das legislações, a pessoa com necessidades especiais, ainda é vista em muitas circunstâncias como um doente, ou, como alguém que precisa de uma estratégia especial para aprender o que é valorizado pela ideologia educacional dominante.

Acredito que necessidades especiais não podem ser vistas como algo que resida exclusivamente em um individuo, mas, como um fato engajado em um determinado grupo social, primário, secundário, na sociedade; como algo que não pode ser pensado fora da dinâmica das relações sociais, fora do contexto de inclusão social.

A literatura apresenta também diferentes enfoques quanto ao conceito de deficiência mental e sua respectiva classificação.

---

Há pelo menos três tipos distintos de crianças retardadas mentais. Esses grupos são os retardados mentais treináveis, os retardados mentais educáveis e as crianças de aprendizagem lenta. Os retardados mentais treináveis não são considerados educáveis no sentido de aprender habilidades acadêmicas. Os retardados mentais educáveis são definidos como crianças intelectualmente tão retardadas que lhes é impossível serem educados em classes comuns. As crianças, de aprendizagem lenta, constituem o grupo intelectual superior, de crianças retardadas e o mais numeroso, na classificação de Cruickshank.<sup>7</sup>

Dunn<sup>8</sup> define os retardados mentais educáveis como possuidores de QI entre 50 e 75, aproximadamente, e destinados a ter, ou já estar tendo, dificuldades na aprendizagem escolar. Os retardados mentais treináveis, por seu lado, são definidos como possuidores de QI entre 30 e 50 e espera-se que possam desenvolver habilidades elementares de cuidados pessoais, socialização e comunicação oral, mas que nunca consigam alfabetizar-se.

As terminologias apresentadas nas definições acima, pioneiras na Educação Especial, não estão mais sendo usadas. Nota-se, entretanto, que persiste essa divisão, de forma não muito clara, em alguns centros educacionais e de diagnósticos assim como nos relatórios fornecidos por profissionais, o que acaba por podar as chances de aprendizagem das pessoas com necessidades especiais, deficiência mental. Isso acontece porque ainda muitos programas são elaborados e desenvolvidos sem considerar a pessoa, são planejados para aqueles que têm determinadas características e se enquadram em determinada situação, o que restringe as chances de progresso, as chances de agir, de compartilhar, enfim, de viver.

Pesquisas mais recentes tentam mudar o cenário da educação especial enfocando que há necessidade de se determinar o que é próprio da deficiência e o que está inserido no contexto social.

Nesse sentido, Mantoan<sup>9</sup> alerta que a necessidade de se distinguir o que é da ordem da deficiência em termos de déficits reais, ou seja, lesão orgânica definitivamente instalada como causa do problema, e o que é da ordem do déficit circunstancial. No

---

<sup>7</sup> W. M. CRUICKSHANK e G.O. JOHNSON *A educação da criança e do jovem excepcional*.

<sup>8</sup> Loyd M. DUNN. Crianças excepcionais – Seus problemas, sua educação.

<sup>9</sup> Maria Teresa Egler MANTOAN. *Ser ou Estar: Eis a questão – explicando o déficit intelectual*

---

caso do handicap orgânico<sup>10</sup>, configura-se um estado definitivo em que o sujeito é, de fato, deficiente. No outro, trata-se de uma situação criada pela interação entre incapacidades física ou mental e os obstáculos que o social interpõe entre o sujeito e o meio. Diz-se então que o sujeito nessas circunstâncias não é, mas está deficiente.

Em minha atuação observo que é mais comum o enfoque da deficiência mental como uma situação limitada à pessoa a que ela corresponde, como algo inerente ao eu, o que acarreta freqüentemente encaminhamentos e ações inadequados e a perpetuação de uma linha que acentua a visão de caráter patológico e segregacional.

Quem pode dizer se uma deficiência mental é psiquiátrica, neurológica ou pediátrica? Não há necessidade de se decidir isso, segundo Winnicott<sup>11</sup>.

Entendo que, a criança, o jovem ou o adulto, que de uma forma ou de outra esteja enquadrado como deficiente mental, não deve ser visto como alguém predisposto ou não a absorver e realizar uma coletânea de conceitos e ou habilidades. Deve ser visto como alguém, que antes de tudo, convive e sempre conviverá com pessoas e acontecimentos do meio ambiente, sentindo, percebendo, assimilando, aprendendo inclusive a confiar ou não no outro, através de suas próprias experiências com ele.

Num ambiente que propicia um “segurar” satisfatório, o bebê é capaz de realizar o desenvolvimento pessoal de acordo com suas tendências herdadas. O resultado é uma continuidade da existência, que se transforma num senso de existir, num senso de *self*, e finalmente resulta em autonomia, no discurso de Winnicott<sup>12</sup>. Isso evidentemente é fundamental em se tratando de pessoas com necessidades especiais.

A ação junto a crianças, jovens e adultos com necessidades especiais, deficiência mental, não pode, portanto, nunca tomar como ponto de partida o rótulo, mas, sim, o conjunto do desempenho global da pessoa, que é vista como um ser sempre cheio de muitas possibilidades que precisam ser concretizadas, que precisa de um ambiente que possa “segurá-lo” satisfatoriamente para que possa prosseguir na sua existência.

Deve-se então, buscar esse ser em seu manifestar-se no sendo, vivendo, atuando com os outros, o que envolve uma dinâmica de relações sociais, onde é preciso re-engajar o indivíduo, fazê-lo crescer, incluí-lo.

---

<sup>10</sup> Handicap orgânico – desvantagem, deficiência comprovada.

<sup>11</sup> Donald W. WINNICOTT. *Tudo começa em casa*.

<sup>12</sup> idem

---

A deficiência configura-se como uma circunstância da existência do homem e não como elemento que comprometa sua essência de ser social; a pessoa que tem necessidades especiais, está limitada apenas na esfera onde se configura sua deficiência e não em sua totalidade, pois, como pessoa que é, são inesgotáveis suas possibilidades.

Dadas as oportunidades adequadas de inclusão social, ela certamente poderá viver convivendo e participar atuando.

Nas últimas décadas, as propostas de atendimento às pessoas com necessidades especiais passaram a evidenciar, que eles, como qualquer um de nós têm capacidades e as mesmas necessidades básicas.

A maturidade do ser humano é uma palavra que implica não somente crescimento pessoal mas também socialização. (...) O valor dessa abordagem é que ela nos permite discutir ao mesmo tempo, os fatores pessoais e ambientais. (...) Há tudo que é herdado, incluindo os processos de maturação, e talvez, tendências patológicas herdadas; estas têm uma realidade própria, e ninguém pode alterá-las; ao mesmo tempo, o processo maturativo depende para a sua evolução da provisão do ambiente. Podemos dizer que o ambiente favorável torna possível o progresso continuado dos processos de maturação.<sup>13</sup>

Pensar na socialização, na aprendizagem necessidades especiais, requer, que se considere todo o ambiente, social, emocional, onde a pessoa vivencia suas experiências, é preciso ter em mente o contexto das relações sociais, das relações interpessoais onde acontecem às influências, divergências e integrações.

Essa afirmação elucida a idéia de que o ser humano só pode ser pensado dentro da trama relacional embora tenha a sua individualidade.

A década de setenta iniciou todo um processo de novos enfoques sociais, em oposição às práticas e tendências segregacionistas.

Gradativamente, a exclusão total foi sendo deixada de lado; tratava-se do reflexo do conceito de normalização, utilizado no sentido de identificar uma série de ações que propiciariam ao indivíduo portador de deficiências as mesmas oportunidades que são oferecidas aos indivíduos ditos normais. Poderia ter a conotação de desejar transformar o indivíduo portador de deficiência em um indivíduo normal; isso significava criar para as pessoas atendidas em instituições abertas ou segregadas,

---

<sup>13</sup> Donald W. WINNICOTT. *O ambiente e os processos de maturação*. p. 80,81.

---

ambiente o mais parecido possível com aqueles vivenciados pela população em geral.<sup>14</sup>

Pereira<sup>15</sup> enfatiza que é preciso ter em mente que o portador de necessidades especiais é pessoa, com direitos e deveres iguais aos demais seres humanos, precisando que lhe sejam oferecidas às mesmas condições de vida em relação aos demais seres humanos.

A normalização propiciou uma grande modificação no cenário e na forma de abordagem da problemática. Iniciou-se uma postura e operação interdisciplinar; a pessoa portadora de deficiência deixou de ser um caso, estritamente médico, que exigia, apenas, cuidados, relativos às necessidades da própria vida e passou, a ser, alvo da ação, de diversos profissionais, todos igualmente responsáveis.

As instituições passam a ser vistas como recursos da comunidade e não como elementos isolados da dinâmica social.

No início da década de oitenta, o *mainstreaming*<sup>16</sup> avançou um pouco mais com as propostas de abertura social na esfera da educação especial. Significava levar os alunos o mais possível para os serviços educacionais disponíveis na corrente principal da comunidade; tratava-se de um movimento de desinstitucionalização.

Foi o começo do processo de integração, fenômeno complexo e abrangente que alavancou importantes reestruturações no campo da educação, nos atendimentos, na formação dos profissionais, ao mesmo tempo, que influenciava, significativamente, as questões políticas, jurídicas, sociais e econômicas.

Pelo movimento de integração social, visando inserir na sociedade pessoas portadoras de necessidades especiais que alcançassem um nível satisfatório que fosse compatível com o exigido socialmente, cabia à pessoa, tornar-se membro da sociedade já que esta, permanecia de braços cruzados. O portador de necessidades especiais, só era aceito, se estivesse moldado a certos esquemas e acompanhasse alguns procedimentos tradicionais exigidos e desempenhasse determinados papéis com um mínimo de autonomia.

---

<sup>14</sup> Romeu SASSAKI. *Inclusão – construindo uma sociedade para todos*.

<sup>15</sup> Olívia PEREIRA e outros. *Educação especial – atuais desafios*.

<sup>16</sup> Mainstreaming – colocar estudantes com deficiência para atividades de instrução em classes comuns; termo usado geralmente sem tradução.

---



Foi um grande avanço que abriu as portas para importantes reflexões e amplos estudos que desembocaram numa nova fase.

Entramos no tempo da inclusão, onde se verifica o nascimento de uma nova postura social frente às pessoas com necessidades especiais.

O conceito de inclusão, difundido mundialmente, foi sistematizado na Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Prática de Educação Especial, resultado de uma Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, em junho de 1994, sob o patrocínio da UNESCO e do governo da Espanha.

Em Salamanca, foram reafirmados os direitos à educação de cada indivíduo, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e as demandas resultantes da Conferência Mundial de Educação para Todos, de 1990. A Conferência propôs a adoção de Linhas de Ação em Educação Especial, tendo como princípio orientador que:

Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagens ou marginalizados (...) No contexto destas Linhas de Ação o termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiência ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e têm, portanto, necessidades educativas especiais em algum momento de sua escolarização. As escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves.<sup>17</sup>

Pode-se dizer que há um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educativas especiais, devem ser incluídos em escolas comuns, tal como a maioria das crianças. Essa recomendação consensual levou ao conceito de escola inclusiva, cujo principal desafio é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de, com sucesso, educar todas, inclusive as que possuem desvantagens severas.

Não enfoco inclusão somente no sistema de ensino, na instituição escolar; penso na inclusão do sujeito na sociedade, um universo bem mais abrangente onde a inclusão na escola é um dos elementos.

---

<sup>17</sup> Declaração de Salamanca p. 17 e 18.

---

Winnicott afirma que o meio ambiente satisfatório começa com um alto grau de adaptação às necessidades da criança.<sup>18</sup>

Nesse prisma, refletir sobre inclusão é pensar na família, num grupo social, numa sociedade que primeiro vai se adaptar, para então incluir as pessoas portadoras de necessidades especiais.

A inclusão social está, portanto, embasada na aceitação real, nas diferenças individuais, na valorização de cada pessoa e principalmente, na convivência dentro da diversidade humana.

A criança que nasce com um problema ou o adulto que sofre algo que o incapacite serão, na realidade, menos limitados pela deficiência do que pela atitude da sociedade em relação a eles. Pude constatar que na maioria das situações, é a sociedade que define a deficiência como uma incapacidade e o indivíduo é que sofre as conseqüências dessa definição.

É preciso, portanto, criar a sociedade inclusiva para então termos escola, transporte, turismo, cinemas, academias, enfim, todos os seguimentos e benefícios sociais para todas as pessoas. Isso requer uma nova postura social, já que é comum, às pessoas com deficiências, serem definidas em termos de suas limitações; daí, elas mesmas, acabam por definir suas limitações nesses termos.

Normalidade ou anormalidade, não podem ser reduzidas ao plano do biológico ou do psicológico, precisam e devem ser consideradas numa esfera mais ampla, do ponto de vista sócio-cultural.

As propostas de uma sociedade democrática incluem além de uma liberdade de opinião e de expressão, a igualdade de oportunidades e de direitos dos indivíduos. Isso implica numa proposta de pluralidade cultural não só na educação, mas nas representações sociais em geral.

Uma sociedade inclusiva depende de um intenso trabalho sócio-cultural, requer uma reelaboração das representações sociais dos diversos grupos e classes componentes da cultura nacional.

A educação de pessoas com necessidades especiais é uma área multidisciplinar que só pode ser visualizada no contexto cultural onde a diversidade é considerada como elemento enriquecedor para todos. A formação de cidadãos participativos exige,

---

<sup>18</sup> Donald W WINNICOTT. *Tudo começa em casa*.

---

necessariamente, o estreitamento da educação com a saúde, a sociologia, a arquitetura, etc. A educação de pessoas com necessidades especiais implica tudo e implica todos.

## Referências Bibliográficas

- AMARILIAN, M.L.T.M. *Psicologia do Excepcional*. São Paulo: E.P.U, 1986.
- CRUICKSHANK, W.M. e JOHSON, G. O. *A educação da criança e do jovem excepcional*. Rio de Janeiro: Globo, 1982.
- DUNN, L.M. *Crianças excepcionais – seus problemas, sua educação*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1975.
- KIRK, S. e GALLAHER, J. *Educação da criança excepcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- MANTOAN, M.T.E. *Ser ou estar eis a questão – Explicando o déficit intelectual*. Rio de Janeiro: W.V.A, 1997.
- PEREIRA, Olívia e outros. *Educação Especial – atuais desafios*. São Paulo: Interamericana, 1989.
- MAZZOTA, M. *Educação Escolar comum ou especial*. São Paulo: Pioneira, 1986
- SASSAKI, R.K. *Inclusão - Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: W. V. A., 1997
- WINNICOTT, D. W. *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1989
- \_\_\_\_\_. *O ambiente e os processos de maturação – estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990
- \_\_\_\_\_. *O ambiente e os processos de maturação – estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990
- XAVIER, M.A.V. *Diálogo com a Esperança*. São Paulo: Memnon, 1999.
-